



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 137

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 137

124ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Mandado de Segurança 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 03

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 12

- Dr. José Sebastião Fagundes Cunha

Centro de Ens. Sup. dos Campos

Gerais - CESCAGE 13

Interlocutores:

Dep. Geraldo Cartário 14

Dep. Luiz Eduardo Cheida 15

Dep. Tadeu Veneri 15

Dep. Péricles de Mello 16

Dep. Marcelo Rangel 16

- Sra. Aniela Almeida

Presidente do Sindicato dos

Jornalistas 17

Interlocutores:

Dep. Antonio Belinati 18

Dep. Tadeu Veneri 18

Dep. Geraldo Cartário 19

Dep. Cleiton Kielse 19

Dep. Marcelo Rangel 19

Dep. Stephanes Júnior 19

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 20

Liderança do PMDB

Dep. Edson Strapasson 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Encerramento da Sessão 24

DIÁRIO Nº 137

124ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi,
secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e
Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes
Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Alexandre Curi,
Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Beti
Pavin, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Edson Strapasson,
Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Eduardo Cheida,
Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello,
Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira,
Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (21).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli,
Felipe Lucas, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Ademar
Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões,
Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval
Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio
Camargo, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz
Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori,
Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura,
Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Ribas Carli Filho,
Teruo Kato e Valdir Rossoni (31).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus e Reni Pereira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mandado de Segurança

Sob o protocolo desta Casa Legislativa nº 10831 do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, Sr. Marco Antonio de Moraes Leite, Relator do Mandado de Segurança nº 327.079-5, do Fórum Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, onde é Impetrante, Dominó Holdings S/A e Impetrado o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, concedendo, em caráter liminar, a segurança a fim de suspender os efeitos do Decreto Legislativo nº 001/05, até o final do julgamento do presente “writ of mandamus”. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO Nº 335/07

SÚMULA:

Solicita o aumento do efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Militar do município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado de Segurança Pública:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita o aumento do efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Militar do município de Araucária.

Sala das Sessões, em 25.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos a violência vem crescendo de forma significativa, vitimando toda a população. A carência de proteção policial vem causando uma insegurança generalizada.

O efetivo da 2ª Companhia da Polícia Militar que atende Araucária, Contenda, Mandirituba e Fazenda Rio Grande, é de 119 policiais para 236 mil habitantes, ou seja, um policial para cada 2.000 habitantes. A ONU, Organização das Nações Unidas indica um policial para cada grupo de 500 habitantes, baseado neste cálculo a realidade não contempla uma segurança eficiente para a população da referida região.

Desta forma esta indicação visa aumentar a tranquilidade e a segurança da população do município de Araucária.

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 3144

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a votação nominal para o Projeto de Lei nº 590/07, item 01 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 25.10.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3141

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a reserva do Plenarinho da Assembléia Legislativa nos dias 03 (três) e 04 (quatro) de dezembro de 2007 para a realização do Primeiro Encontro Fazendário do Estado do Paraná, bem como o Primeiro Encontro da Mulher Fazendária.

Sala das Sessões, em 25.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 764/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida, no âmbito do estado, a venda de fardas, coletes e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das polícias federal, civil, militar, agentes penitenciários, guardas municipais e das Forças Armadas brasileiras, em estabelecimentos comerciais.

Art. 2º O fornecimento de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos, acessórios das polícias civil e militar aos policiais, agentes penitenciários, membros das guardas municipais e membros das Forças Armadas deve ser efetuado somente pelas instituições públicas respectivas.

Art. 3º Os vestuários, coletes, fardamento dos policiais militares e civis, agentes penitenciários e guardas

municipais no âmbito do estado do Paraná devem ter estampado o número do R.E., Registro Estadual ou outra identificação dos seus respectivos membros.

Art. 4º Os Poderes Públicos Estadual e municipais estabelecerão mecanismos para que os uniformes dos policiais civis, militares, agentes penitenciários e guardas municipais sejam fornecidos gratuitamente aos respectivos servidores.

Art. 5º O descumprimento desta lei implicará em multa no valor de 1.000 (uma mil) UPF/PR e imediato fechamento do estabelecimento.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.10.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

Bandidos se disfarçam de policiais para confundir as vítimas e a forma de minimizar esta situação é a proibição da venda de fardas, coletes, distintivos da Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar em todo o estado do Paraná. O projeto de lei prevê a proibição até para fantasias. A fiscalização do comércio ficará a cargo da Secretaria de Segurança Pública, por meio da Polícia Civil.

A lei determina que o fornecimento das roupas e acessórios utilizados pelos policiais durante o serviço seja feito pelas respectivas instituições e que a farda tenha estampada o número do Registro Estatístico (R.E.) de cada policial para identificação. A multa para quem descumprir a lei será de 1.000 UPF/PR (cerca de R\$ 52 mil). O uso de roupas oficiais para disfarçar ações criminosas é um recurso antigo. No sequestro do publicitário Washington Olivetto, em dezembro de 2001, cinco homens trajando coletes da Polícia Federal interditaram a passagem do seu veículo, pensando que se tratasse de uma blitz o empresário parou facilitando a ação dos bandidos.

O objetivo é proporcionar mais segurança aos paranaenses e exigir que as instituições forneçam o material de trabalho para o seu pessoal. A facilidade na aquisição deste uniforme tem contribuindo muito para a insegurança da população. É muito difícil comprar coletes e uniformes nessas lojas.

Recentemente os periódicos tem nos mostrado que com a onda provocada com o lançamento de filme policial, virou moda entre os jovens a utilização destas vestimentas. Observa-se, inclusive, a mania de se vestir como os personagens dos filmes, com predominância em festas à fantasia. Essa falta de controle na venda dos uniformes, no entanto, preocupa as autoridades por poder facilitar a ação de criminosos.

Segundo declarações de donos de lojas especializadas na venda de artigos militares, registrou-se um

aumento de 20% a 30% nas vendas do uniforme, o crescimento foi simultâneo ao surgimento da febre do filme e os principais compradores são jovens entre 18 e 25 anos. O vendedor Sérgio Luiz Teixeira confirma a influência do filme. Os jovens chegam pedindo o uniforme do Bope, igual ao do filme, revelou ele.

O uniforme completo custa de R\$ 384 a R\$ 424, dependendo dos acessórios escolhidos. A gôndola (blusão de manga comprida) sai a R\$ 58, a calça, R\$ 48, a capa do colete à prova de bala, R\$ 120, a boina, R\$ 38, o cinturão, R\$ 16, o coldre, de R\$ 16 a R\$ 24, e o coturno (bota), de R\$ 88 a R\$ 120.

As festas à fantasia que aconteceram no Rio no último mês mostram que os uniformes viraram mania entre os jovens cariocas. Na 22ª Festa do Baco, promovida pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFPR) no dia 21 de setembro, no Circo Voador, e frequentada por universitários de todo o Rio, essa era a fantasia predominante. “Muita gente estava fantasiada de agentes do Bope. E a roupa era igualzinha, nem parecia fantasia”, disse a estudante de desenho industrial da UFRJ Marcela Dias.

As autoridades, no entanto, estão preocupadas com outros usos que as fardas possam ter, principalmente nas mãos de criminosos, como falsas blitz e assaltos.

PROJETO DE LEI Nº 765/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sensores e painéis eletrônicos automatizados, de funcionamento on-line, junto às praças de pedágio, para fins de fiscalização e acompanhamento pelo Poder Público no fluxo de veículos que cruzam as rodovias concedidas pelo estado do Paraná.

§ 1º Os sensores eletrônicos a que se refere este artigo deverão, no mínimo, segregar o tráfego passante do tráfego realizado, com periodicidade diária e totalização mensal.

§ 2º As informações devem ser transparentes, para quem trafegue na praça de pedágio e com transmissão on-line para o site do Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná.

§ 3º A contagem on-line deverá obedecer as categorias de veículos conforme contrato de concessão.

Art. 2º Para fins dessa lei considera-se:

I - tráfego realizado: é o efetivamente ocorrido na rodovia, a ser registrado no sistema de controle de praça;

II - tráfego passante: é o tráfego realizado mais o tráfego isento pela concessionária ou por contrato;

III - praças de pedágio: barreiras de contenção unidirecionais ou bidirecionais, para cobrança de pedágio, no sentido pólo/malha e/ou malha/pólo.

Art. 3º Esta lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução, através de Instituto Tecnológico do Paraná.

Art. 4º Esta lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.10.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei quer propor ao estado que possua um sistema de controle de fluxo de veículos nas estradas pedagiadas do Paraná. A reportagem da Folha de Londrina no dia 25 de julho de 2007 apresenta que o sistema atual não é adequado, cito a matéria.

Paraná não tem controle de tráfego

Os órgãos públicos do Paraná não contam com um sistema próprio do fluxo de veículos nas estradas do estado. Os números gerenciados pelo setor são colhidos pelas concessionárias de pedágio. O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) informou, através da assessoria de imprensa, que técnicos do órgão fazem quinzenalmente verificação de fluxo nas praças de pedágio. Esse estudo é acompanhado também por técnicos do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR). Os números repassados pelas empresas que controlam os pedágios normalmente conferem com os índices levantados pelo DER.

O chefe de Operações da Polícia Rodoviária Estadual no Paraná, tenente Sheldon Vortolin, disse que não é possível afirmar que a crise aérea provoque aumento e fluxo nas estradas. Segundo ele, as principais causas de crescimento do número de veículos são sazonais, como férias e feriados prolongados.

Mas, na opinião do Diretor da Federação das Empresas de Transporte Rodoviário no Paraná e Santa Catarina (FEPASC), Tadeu Castelo Branco e Silva, as concessionárias devem ficar atentas em função da crise aérea. “A tendência é que as pessoas voltem a andar de ônibus leito, que é concorrente do avião nos trajetos acima de 400 quilômetros”, afirmou.

O Secretário Estadual de Transportes, Rogério Tizzot, afirma que o Governo tem levado em conta o aumento do fluxo na hora de planejar os investimentos. É o caso, segundo ele, da duplicação entre Maringá e Paiçandu, trecho que enfrenta problemas de tráfego. Tizzot

afirma que a previsão é concluir as obras no local em agosto. (Colaborou Catarina Scortecchi/Equipe da Folha) Fernando Rocha Faro, Reportagem Local.

O Projeto de Lei “Pedágio on Line”, pretende dotar o estado do Paraná de um eficiente sistema de fiscalização e acompanhamento das concessões rodoviárias.

A sociedade paranaense vive impactada pelos custos, interesses conflitantes e falta de transparência em razão da cobrança de pedágios no estado do Paraná. O fato de não existir um sistema transparente que informe o número de veículos que transitam pelas rodovias pedagiadas. Além das concessionárias não realizarem obras significativas, em contraponto aos altos valores arrecadados dos usuários. Se não bastassem os valores elevados veja o que ocorre em relação aos números conforme demonstro a seguir.

Enquanto os números do DENATRAN sobre veículos emplacados no Paraná, apontam um parque circulante cada vez entre o período de 1999 a 2005 como é possível ver abaixo:

Total de veículos	57,56%
Automóveis	47,20%
Caminhão	31,19%
Motocicleta	106,71%
Ônibus	31,99%
Outros	81,13%

Ao verificarmos o número de barris de combustível vendido no Paraná, segundo a Agência Nacional de Petróleo, chegamos aos seguintes números,

Gasolina	8,91%
Álcool	16,4%
Diesel	16,82%

O terceiro indicador verificado foi o desenvolvimento do Produto Interno Bruto, o valor do Produto Interno Bruto levantados a partir dos dados do IPARDES/IBGE.

Ano	Moeda	R\$	Variação %
1999	Milhões	61.724	2,32%
2000	Milhões	65.969	5,06%
2001	Milhões	72.770	4,59%
2002	Milhões	81.449	1,7%
2003	Milhões	99.000	5,2%
2004	Milhões	108.699	3,2%

LOTE 4 - CAMINHOS DO PARANÁ
TRÁFEGO PREVISTO/REALIZADO

			1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1999 2005
Praça 1	Prudentópolis	Realizado	899.919	1.713.989	1.609.293	1.688.420	1.712.855	1.813.787	1.928.191	1.923.971	12,25%
		Previsto	910.310	1.929.856	2.045.648	2.353.461	2.292.239	2.412.080	2.532.159	2.651.886	37,41%
		Percentual	-1,14%	-11,19%	-21,33%	-28,26%	-25,28%	-24,80%	-23,85%	-27,45%]	
Praça 2	Irati	Realizado	605.863	1.176.323	1.093.205	1.175.010	1.176.780	1.222.608	1.353.419	1.338.342	13,77%
		Previsto	415.370	880.584	933.420	1.073.874	1.045.938	1.100.622	1.155.412	1.210.044	37,41%
		Percentual	45,86%	33,58%	17,12%	9,42%	12,51%	11,08%	17,14%	10,60%	
Praça 3	Porto Amazonas	Realizado	948.751	1.845.521	1.754.515	1.837.536	1.854.205	1.869.265	2.081.351	2.129.077	15,36%
		Previsto	616.394	1.306.754	1.385.160	1.593.588	1.552.132	1.633.280	1.714.589	1.795.660	37,41%
		Percentual	53,92%	41,23%	26,67%	15,31%	19,46%	14,45%	21,39%	18,57%	
Praça 4	Imbituva	Realizado	577.793	1.080.492	954.535	896.600	879.051	922.225	1.022.029	988.758	-8,49%
		Previsto	617.216	1.308.496	1.387.004	1.595.713	1.554.201	1.635.455	1.716.873	1.798.052	37,41%
		Percentual	-6,39%	-17,42%	-31,18%	-43,81%	-43,44%	-43,61%	-40,47%	-45,01%	
	Subtotal	Realizado	3.032.326	5.816.325	5.411.548	5.597.566	5.622.891	5.827.885	6.384.990	6.380.148	9,69%
		Previsto	2.559.290	5.425.690	5.751.232	6.616.636	6.444.510	6.781.437	7.119.033	7.455.642	37,41%
		Percentual	18,48%	7,20%	-5,91%	-15,40%	-12,75%	-14,06%	-10,31%	-14,43%	
Praça 5	Lapa	Realizado						127.100	1.830.456	1.554.607	-15,07%
		Previsto						1.549.577	2.440.079	2.555.452	4,73%
		Percentual						-91,80%	-24,98%	-39,17%	
Total		Realizado	3.032.326	5.816.325	5.411.548	5.597.566	5.622.891	5.954.985	8.215.446	7.934.755	36,42%
		Previsto	2.559.290	5.425.690	5.751.232	6.616.636	6.444.510	8.331.014	9.559.112	10.011.094	84,51%
		Percentual	18,48%	7,20%	-5,91%	-15,40%	-12,75%	-28,52%	-14,06%	-20,74%	

Lote 6 - ECOVIA
TRÁFEGO PREVISTO/REALIZADO

			1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1999 2005
Praça 1	São José dos Pinhais	Realizado	2.406.430	4.919.303	4.742.472	4.859.026	4.693.278	4.677.754	4.748.392	4.414.065	-10,27%
		Previsto	2.150.215	4.502.275	4.714.340	5.366.595	5.185.160	5.386.974	5.597.032	5.813.872	29,13%
		Percentual	11,92%	9,26%	0,60%	-9,46	-9,49%	-13,17%	-15,16%	-24,08%	

Na tabela acima se demonstra o volume de veículos passantes nas praças de pedágios, inclusos os veículos isentos por contrato ou por conta das Concessionárias. Os dados nos diversos lotes estão sendo considerados 98 a

2005.

Foi realizada para uma melhor visualização, um resumo, porém sendo considerado os anos de 1999 a 2005, como comparativo de crescimento ou decréscimo.

Concessionária	Realizado 99/05	Previsto 99/05	Diferença
ECONORTE	1,39%	25,56%	-24,15%
VIAPAR	4,29%	25,14%	-20,85%
ROD. CATARATAS	11,96%	27,76%	-15,80%
CAM. PARANÁ	26,70%	45,80%	-19,10%
RODONORTE	3,57%	27,15%	-23,58%
ECOVIA	-11,45%	22,56%	-34,01%
ACUMULADO	4,54%	28,46%	-23,92%

Uma outra verificação foi o levantamento do que significou em números de veículos e valores financeiros a diferença entre o que foi efetivamente realizado e projeto.

Sendo considerado para cálculo como se todo o veículo fosse automóvel e estivesse transitando na praça com menor preço.

Concessionária	Realizado 99/05	Previsto 99/05	Real/Prev	Menor Preço	R\$ acumulado 99/05
ECONORTE	38.087.782	46.776.291	(8.688.509)	R\$ 8,70	R\$ (75.590.030,04)
VIAPAR	105.545.586	135.535.192	(29.989.606)	R\$ 4,60	R\$ (137.952.187,60)
ROD. CATARATAS	59.824.421	70.268.108	(10.443.687)	R\$ 5,70	R\$ (59.529.015)
CAM. PARANÁ	44.553.516	52.139.288	(7.585.772)	R\$ 5,70	R\$ (43.238.900,40)
RODONORTE	137.948.273	170.480.181	(32.531.908)	R\$ 4,80	R\$ (156.153.158,40)
ECOVIA	33.054.290	36.566.248	(3.511.958)	R\$ 10,90	R\$ (38.280.338,60)
ACUMULADO	419.013.868	511.765.308	(92.751.440)	XXXXXXX	R\$ (510.743.630,20)

Esta diferença é realmente muito grande, o que deixa preocupado porque efetivamente não se sabe qual é o valor de faturamento das Concessionárias, a Taxa Interna de retorno é algo justo para qualquer empresa, porém será necessário implantar um sistema adequado sem intervenção humana, para que se busque um controle adequado, para viabilizar uma fiscalização eficiente.

Além disso é necessário que se acompanhe os valores que estão sendo pago a cada prefeitura de ISSQN, pois se o valor é efetivamente o que é fiscalizado pelo DER/TECPAR, há dúvidas sobre o resultado deste trabalho, desde o início ou seja desde 1998.

O sistema a ser implantado deve ser custeado pelo próprio valor que o DER-Pr que recebe das Concessionárias para este fim, conforme a Cláusula

LXXVI do contrato de concessões das rodovias, que trata do repasse anual em reais, destinada a cobrir as

despesas do DER e do DNER com a fiscalização da concessão.

Fiscalização	1º a 132º mês Mensal	133º a 288º Mensal	1º ao 11º Anual	12º a 24 ano Anual	11 anos 1ª fase	13 anos 2ª fase	Total
Lote 1	70.000,00	77.000,00	840.000,00	924.000,00	9.240.000,00	12.012.000,00	21.252.000,00
Lote 2	115.000,00	126.500,00	1.380.000,00	1.518.000,00	15.180.000,00	19.734.000,00	34.914.000,00
Lote 3	115.000,00	126.500,00	1.380.000,00	1.518.000,00	16.560.000,00	16.698.000,00	215.280.000,00
Lote 4	70.000,00	77.000,00	840.000,00	924.000,00	9.240.000,00	12.012.000,00	21.252.000,00
Lote 5	115.000,00	126.500,00	1.380.000,00	1.518.000,00	15.180.000,00	19.734.000,00	34.914.000,00
Lote 6	60.000,00	66.000,00	720.000,00	792.000,00	7.920.000,00	10.296.000,00	18.216.000,00
Total	545.000,00	599.500,00	6.540.000,00	7.194.000,00	73.320.000,00	90.486.000,00	345.828.000,00

Estes valores são depositados no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária especial do DER.

“Esta verba de fiscalização só pode ser utilizado conforme contrato para:

A) aquisição de materiais e equipamentos diretamente utilizados pelo DER e vinculados às atividades de fiscalização da concessão;

b) pagamento de despesas diretamente vinculadas à fiscalização da concessão;

c) pagamento de despesa pertinentes ao “Processo Amigável de Solução de Divergências Contratuais”, de que tratam este contrato.

As praças de pedágios estão estruturadas da seguinte maneira, conforme apresenta o relatório do DER-PR.

LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS DE PEDÁGIO						
Lote	Praça (município)		Rodovia	KM - PNV	Pista	Cabines
1 ECONORTE	P1-1	Jacarezinho	BR-369	0 + 600	Dupla	11
	P1-2	Jataizinho	BR-369	126 + 700	Simples	5
	P1-3	Sertaneja	PR-323	3 + 600	Simples	5
2 VIAPAR	P2-1	Arapongas	BR-369	178 + 850	Dupla	11
	P2-2	Mandaguari	BR-376	200 + 960	Dupla	8
	P2-3	Pres. Castelo Branco	BR-376	148 + 960	Simples	6
	P2-4	Floresta	PR-317	127 + 060	Simples	6
	P2-5	Campo Mourão	BR-369	377 + 900	Simples	4
	P2-6	Corbélia	BR-369	493 + 800	Simples	4
3 Rodovias das Cataratas	P3-1	São Miguel do Iguaçu	BR-277	704 + 390	Dupla	11
	P3-2	Céu Azul	BR-277	620 + 300	Simples	9
	P3-3	Cascavel	BR-277	568 + 690	Simples	6
	P3-4	Laranjeiras do Sul	BR-277	464 + 500	Simples	6
	P3-5	Candói	BR-277	388 + 160	Simples	7

LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS DE PEDÁGIO						
Lote	Praça (município)		Rodovia	KM - PNV	Pista	Cabines
4 Caminhos do Paraná	P4-1	Prudentópolis	BR-277	302 + 580	Simples	6
	P4-2	Irati	BR-277	249 + 700	Simples	6
	P4-3	Porto Amazonas	BR-277	158 + 400	Simples	6
	P4-4	Imbituva	BR-373	212 + 200	Simples	6
	P4-5	Lapa	BR-476	191 + 850	Simples	8
5 RODO- NORTE	P5-1	Balsa Nova	BR-277	132 + 500	Dupla	14
	P5-2	Palmeira	BR-376	537 + 500	Dupla	10
	P5-3	Carambeí	PR-151	304 + 000	Dupla	9
	P5-4	Jaguariaíva	PR-151	233 + 00	Simples	6
	P5-5	Tibagi	BR-376	457 + 300	Simples	6
	P5-6	Imbaú	BR-376	377 + 200	Simples	6
	P5-7	Ortigueira	BR-376	321 + 000	Simples	6
6 ECOVIA	P6-1	S. José dos Pinhais	BR-277	60 + 600	Dupla	13

O chamado *Controle on line* consiste na instalação de sensores eletrônicos através de programas automatizados instalados junto as praças de pedágio no estado, que permitirão o acompanhamento diário, pelo Poder Público, da movimentação de veículos. O projeto, se aprovado, permitirá um dimensionamento da quantidade de tráfego naquelas rodovias.

Através do sistema, o estado poderá confrontar os valores efetivamente arrecadados pelas concessionárias com os valores que compõe as tarifas, independentemente dos números que agora são informados unicamente pelas concessionárias.

É importante lembrar que os contratos assinados em 1997, afirma na Cláusula XII que o risco Geral de Trânsito é assumido pela concessionária, ressalvado os casos quando se resulte de ato unilateral do contratante ou do Poder Concedente.

Este projeto de lei, propõe um sistema de controle de tráfego pelas nossa rodovias, para sabermos o quanto efetivamente as concessionárias tem faturados, é uma medida urgente. Pois o povo Paranaense já não agüenta mais pagar tão caro o pedágio e não quer ser enganado.

Quanto aos números é evidente que não existe uma relação direta entre os dados levantados, porém servem como indicadores importantes. Para que sobre estes números não restem dúvida, proponho neste momento o Projeto Pedágio on line, um projeto de lei, onde a transparência seja efetivada.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente.

Por solicitação do Deputado Jocelito Canto, fará uso da palavra o Sr. José Sebastião Fagundes Cunha, sócio-proprietário do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - CESCAGE, que fará uma explanação sobre a estação de etanol da batata-doce.

Registrando que, após a falação do Dr. Cunha, fará uso da palavra a Sra. Aniela Almeida, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, manifesto a respeito da agressão recebida pelo repórter cinematográfico da Rede Paranaense de Televisão, Humberto Vendramel.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente queria me solidarizar com esse companheiro de imprensa por esse episódio e lamentar Sr. Presidente, que tenhamos episódios sendo registrados, neste momento, no Paraná.

O Paraná não é uma terra de jagunços, é uma terra de pessoas que podem discutir, que podem debater e eu lamento profundamente o que ocorreu com esse profissional de comunicação, que foi agredido. Deve ser por

um covarde, não é? Deve ser covardia agredir alguém que está trabalhando. É, no mínimo, covardia. É a covardia de alguém que está cometendo algo errado, então para mim é covarde quem fez isso, é covarde! Deve se ganhar com as palavras, não com agressão!

Sr. Presidente, apresento a esta Casa, nesta manhã, o Dr. Cunha, trata-se de um espetacular empreendedor, Delegado de Polícia, que foi no começo de sua carreira, uma brilhante carreira como Juiz de Direito, hoje está aqui no Tribunal de Justiça e, num futuro próximo, deve ser Desembargador, até pela sua ficha, seu trabalho.

Dr. Cunha, fora seu trabalho como Juiz, ele também teve a coragem de lá em 1997, quando estávamos na Prefeitura, aquele ciclo de progresso que viveu a cidade de Ponta Grossa, o Dr. Cunha foi um dos grandes comandantes para mudarmos a história da educação em Ponta Grossa. Pela sua coragem, pela sua educação e, acima de tudo, passando por muitas dificuldades, enfrentando muitos adversários, enfrentando muitas covardias também, ele superou todas as dificuldades.

Hoje, Sr. Presidente, o CESCAGE constitui uma das mais belas faculdades neste estado do Paraná. Dr. Cunha, hoje, vem aqui falar dessa tecnologia que está tendo acompanhamento do CESCAGE e eu acho importante que o Paraná, que é um estado que quer estar sempre à frente, ter mais informações sobre essa questão do carro movido a álcool da batata-doce.

Por isso, quero saudar aqui o Dr. Cunha, um lutador da educação, do progresso e da tecnologia. Que ele seja bem-vindo a esta Casa e possa nos dar importantes informações sobre o futuro desse mundo que é a questão do álcool da batata-doce.

Sr. José Sebastião Fagundes Cunha

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - CESCAGE

O SR. JOSÉ SEBASTIÃO FAGUNDES CUNHA

Quero agradecer a oportunidade nesta Casa de Leis, é uma honra. Agradeço ao Deputado que preside a Mesa, Augustinho Zucchi, a Deputada Cida Borghetti, a Deputada Luciana Rafagnin em nome dos quais cumprimento todos os Deputados aqui presentes.

O projeto que eu pretendo, rapidamente, apresentar para os Srs. é decorrente de 10 anos de pesquisa. O Presidente Lula vai à Europa e é questionado, porque onde entra a cana-de-açúcar sai o homem que se torna escravo. Onde entra a cana-de-açúcar o usineiro compra a terra, aquele que vende a terra passa a ser o bóia-fria que come aquele dinheiro em 4, 5 anos, e depois passa a ser escravizado por um projeto sócio-político ultrapassado, de 470 anos.

Durante 10 anos de pesquisa nós conseguimos elevar de 13 toneladas para 60 toneladas por hectare, a batata-doce. Cada tonelada de batata-doce com 170 litros de etanol, com 300 quilos de resíduo úmido com 18% de proteína chegando a 30%.

A enzima que o Presidente Lula foi procurar na Dinamarca, nós temos uma melhor desenvolvida aqui no Brasil. A Universidade Federal de Tocantins e o CESCAGE, do qual sou sócio proprietário, desenvolveu a pesquisa mecanizando a colheita da batata-doce. O Diretor da faculdade de agronomia o professor Jaime Gomes é doutor, pela UNICAMP, em colheita de batata-doce. O Governo do Tocantins encampou o projeto e nós estamos implantando duas usinas, uma em Araguaína, nós compramos uma área ao lado da ferrovia norte-sul para exportarmos para a Europa.

Eu cheguei sábado da Europa, lá a maior empresa siderúrgica do mundo, dona da Belgo-Mineira, mandou o Sr. Êterri realizar a prospecção de mercado na Europa para nós implantarmos uma usina em Liège. Então a Bioexetanol, que é uma empresa constituída de pesquisadores do CESCAGE, da Universidade Federal de Tocantins, está iniciando um projeto na Bélgica com todos os incentivos para que nós façamos o último refino do etanol na Bélgica.

O álcool da batata-doce, além de ser álcool carburante substitui o álcool de cereal. Ele pode ser usado como álcool farmacológico, para bebidas destiladas como vodka, feita de batata-doce, a segunda bebida mais consumida no Japão é de batata-doce, são mais de 30 tipos de bebida. Sobretudo pode ser usado para indústria de química fina, para medicamentos e para perfumes. Ele tem um valor superior ao álcool da cana-de-açúcar. Isso é importante? Não, não é esse o cerne da questão do álcool da batata-doce, o etanol da batata-doce fixa o homem no campo, com os 300 quilos de proteína, *in natura* que ele gera, ele proporciona para fixação da agricultura familiar.

Nosso projeto já foi apresentado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e nós temos, formalmente, que o PRONAF será liberado para aqueles que passarem a plantar a batata-doce. O Presidente do INCRA disse, que é a primeira agenda positiva que colocam na mão dele para solução dos assentamentos.

Eu me atrevo a estar aqui hoje porque, é preciso que o Paraná descubra que em Ponta Grossa existe a mais importante empresa de genética do país, porque o Paraná ainda não descobriu. Nós fazemos transferência de embrião, congelamento, fertilização *in vitro* e temos, em Ponta Grossa, os melhores exemplares das raças de caprinos e ovinos. Temos os melhores cabritos da raça bôer e savana. Estamos agora credenciados pelo Carrefour inclusive partindo para exportação para União Européia. O Mufatto exigiu uma cláusula de exclusividade quando nós lançamos os produtos industrializados. A única indústria no país que está fabricando hambúrguer, estrogonofe, comidas prontas, a partir de caprinos e ovinos é de Ponta Grossa.

O Governo do Tocantins nos descobriu e nos chamou para fomentar a caprino ovino cultura do Tocantins. E lá estivemos no passado recente e encontramos o projeto, então de pesquisa, do etanol da batata-doce. A batata-doce é de plantio fácil, ampla adaptação, tolerância, é uma planta de uso múltiplo. Pesquisamos mais de 600 espécies

de batata-doce para chegar a 10 espécies que dão essa produtividade. No Tocantins há necessidade de irrigação, são duas safras por ano. Para vocês terem uma idéia de números, o ideal da cana-de-açúcar para cada tonelada de cana gera no máximo 90 litros, a média é 85. Nós começamos, a cada tonelada de batata-doce, 170 litros de etanol, só que com a batata-doce são duas safras ano. Fazemos no mínimo 340 litros de etanol no mesmo espaço de terreno que é utilizado pela cana-de-açúcar. A China utiliza para consumo humano, veja, 500 mil toneladas ano no Brasil, lá 120 milhões de toneladas. Temos toda tecnologia, vou deixar alguns DVDs, porque não tenho tempo para falar sobre isso, de produtos que desenvolvemos a partir da batata-doce: pão, biscoito, bolo.

Lançamos vários produtos nesse sentido e tem aí uma reportagem da Rede Globo, que está neste DVD que será distribuído aos senhores a respeito disso. Aqui são alguns ensaios que fizemos no Tocantins, porque foi lá que começamos a pesquisar a batata-doce. Nós desenvolvemos toda a tecnologia de ponta, por quê? Com a batata-doce a polenização é feita por abelhas, você tem 4, 5 tipos de batata-doce a partir de uma mesma semente. Então produzimos o broto e desenvolvemos a tecnologia, inclusive do plantio mecanizado. Custa R\$ 120 a máquina para plantar a batata-doce, o que facilita a agricultura familiar. Aqui são algumas espécies de batata-doce que foram pesquisadas nos últimos 9 anos. Aqui são os resíduos, se os senhores notarem, lá em cima à direita, - (mostra vídeo) - são 150 quilogramas de resíduos paletizados. Esse resíduo serve tanto para compor como nutriente de ração para peixe, frango caprino, ovino, bovino e suíno. Aquele mais avermelhado é o resíduo *in natura*.

Voltei no sábado, porque recebi um email da direção da PETROBRAS, que queriam conversar comigo nessa segunda-feira, novamente, às 9h00 da manhã e lá estive. A PETROBRAS - nós precisávamos só de uma carta de recebíveis para obter o financiamento do dinheiro estrangeiro - a PETROBRAS vai nos financiar seguramente uma usina. E o que é o nosso desejo? O nosso desejo, e disse isso ao Ministro da Agricultura porque felizmente toda a direção do Ministério da Agricultura é paranaense, está lá o Paul Ribas, está lá o Derli e o Ministro. E falei para o Ministro da minha angústia, minha tristeza. É que o Senador João Ribeiro vai lá e diz: esse é o projeto do Tocantins. Vai o Governador ao Lula e leva um kit com aqueles produtos e diz esse é um projeto do Tocantins. Eu disse: isso é uma meia-verdade. Esse projeto economicamente só foi viável com pelo menos 50% de atividade paranaense. Quem formatou o projeto sociologicamente fui eu. Fui eu que agreguei ao projeto a produção do Etanol, mas o projeto conforma uma usina de metanol, uma fábrica de farináceos, uma fecularia, um abatedouro de pequenos ruminantes e uma fábrica de ração. Por quê? Porque nós não vamos comprar terras. No Tocantins, o Governo colocou 3000 hectares irrigados para produzir batata-doce para a nossa primeira usina. Compramos 200 hectares irrigados. Aqui, no Paraná, o Deputado Moacir

Miqueleto insistiu e o primeiro projeto que foi desenvolvido é para a primeira usina em Jesuítas. É por isso que estou aqui hoje, é preciso que o Paraná nos descubra, e que o Paraná saiba o que está acontecendo. O nosso empreendimento - vieram empresários da Bélgica nos buscar para que fossemos investir na Bélgica. Estamos nascendo no Tocantins, gostaríamos que o paranaense também pudesse se orgulhar e saber que a tecnologia do plantio, da mecanização, da colheita, do desenvolvimento das rações, de toda parte de desenvolvimento de tecnologia, de fertilização *in vitro*, transferência de embriões, nasceu em Ponta Grossa. Esse projeto, que hoje assume um contorno de uma resposta para a agricultura familiar, que vai ajudar a fixar o homem no campo. E começa isso no Tocantins, em Porto Nacional, que fica 20 Km da capital Palmas. Queremos trazê-lo também para o Paraná. Mas, é importante que se saiba da autoria, que esse projeto é paranaense. Tivemos uma reunião o dia todo em Liège, na Bélgica, apresentando o projeto. A União Européia só aceitou a construção de uma usina lá em Liège porque não temos poluição e porque praticamos uma política responsável. É uma política em que tanto o produtor como a indústria têm lucros, têm valores e têm ética.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos. Nesse DVD que vou pedir que seja entregue aos Deputados e à imprensa existem 8 vídeos: um deles é do Joelmir Betting falando a respeito do nosso projeto. O outro é da Rede Globo, a respeito dos produtos que desenvolvemos - bolo - alimento humano a partir desse; tem sobre a empresa de genética; tem o lançamento dos produtos industrializados de caprinos e ovinos, inclusive com o Governador Roberto Requião consumindo, ali, no Expotrader Center.

Muito obrigado.

Interlocutores

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradecemos a sua presença, para relatar um assunto importante, que aliás está na pauta das discussões do nosso país, hoje.

Antes de encerrar sua participação, concedo a palavra aos Deputados Geraldo Cartário, Dr. Cheida e Tadeu Veneri.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Gostaria de cumprimentar o Dr. Cunha pela exposição, cumprimentá-lo também pela sua raça de cabritos, que eu acompanhei, mas V. Sa. falou muito de Tocantins. Isto nos trouxe uma reflexão: será que o estado do Paraná não lhe ofereceu oportunidades que Tocantins possa estar lhe oferecendo? Esta é a pergunta que gostaria de formular, visto que o que V. Sa. mostrou é de grande riqueza, de um enriquecimento, principalmente da inteligência do povo brasileiro, representado por V. Sa.

O senhor sabe que o Brasil tem sido um laboratório de idéias fantásticas e famosas, que se propagaram pelo mundo afora. E esta sua iniciativa, dessa sua empresa, passando do Brasil para a Europa, já nos deixa enciumados. Gostaríamos de ter essa indústria mais fortalecida no Paraná.

É um pedido e uma pergunta para que V. S^a se dedique um pouco mais, como paranaense, às coisas nossas, ao fortalecimento, visto que estamos vivendo um momento de desemprego muito grande e, sem dúvida nenhuma, o futuro do mundo está precisamente em iniciativas como da sua empresa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Peço ao senhor que aguarde os demais pronunciamentos, para que posteriormente o senhor possa falar.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Rapidamente, gostaria de parabenizá-lo e fazer também algumas perguntas.

A primeira delas é a seguinte: o mercado não está se interessando por esta nova tecnologia, como esta em alta, 4 vezes maior que a cana? É uma pergunta que gostaria de fazer. Quatro vezes, por conta do que o senhor falou, das duas safras e da produção, praticamente, sendo 100% maior que a da cana-de-açúcar.

Segunda pergunta, se o senhor me permite: é sobre o custo de produção. O da batata-doce é mais caro que o da cana-de-açúcar? Porque o que vemos hoje no Brasil é que o mercado de cana-de-açúcar trabalha com o álcool, com o etanol. A produção de etanol, principalmente, tem também suas pesquisas, é um mercado que está consolidado e não há dúvida nenhuma de que os conhecimentos científicos nesta área são grandes e aprofundados. Qual é a diferença, em termos de custo de produção, de ambas as coisas?

Uma outra questão: o que se usa de fertilizantes e agrotóxicos na produção da batata-doce em escala? Porque estamos falando numa economia familiar, estamos falando no caso da produção de biodiesel, é claro que se pensa numa cultura mais extensiva.

E uma última pergunta: o desenvolvimento das enzimas, as quais o senhor se refere e o desenvolvimento da empresa, que tipo de enzimas são, se é que o senhor pode nos falar: são químicas? Biológicas? São de quê natureza?

E uma última questão, eu gostaria de consultá-lo, se haveria condições de que pudéssemos ouvi-lo mais vagorosamente na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Casa, da qual sou Presidente, e até sugiro que façamos uma conversa em várias comissões, como a Comissão de Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa, a Comissão de Agricultura, para que possamos durante algumas horas debater esta questão, porque aparentemente, pelo que o senhor apresenta aqui, é o “ovo de Colombo”.

O SR. DR. JOSÉ SEBASTIÃO FAGUNDES CUNHA

É. Estados Unidos querem comprar, de qualquer jeito, as patentes. Os Estados Unidos, o Governo do Texas, do Colorado, tenho os cartões comigo.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

E se realmente as questões forem como as que o senhor levanta, aqui, sem dúvida nenhuma a Assembleia Legislativa terá o imenso prazer, não apenas em apoiar, mas promover sua empresa e a própria tecnologia, porque hoje, é claro, tudo o que se fala a respeito de soluções para crise energética, novas matrizes energéticas e principalmente para solucionar o impasse das tecnologias “suja”, em termos de energia, é claro que é muito bem vinda. E se isto ainda tiver um componente social, melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O senhor responde a todos, depois. Temos um tempo de 30 minutos e depois temos que prosseguir com a sessão. Aliás, achei interessantíssima a sugestão do Deputado Cheida, porque esta explanação, obviamente, não pode ser transformada - se bem que seria bom - num debate. V. S^a. terá oportunidade e espaço, nesta Casa para discutir melhor esta matéria.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Serei breve, mas o Deputado Cheida já contemplou aquilo que eu gostaria de solicitar. O senhor, como Presidente da Comissão do Meio Ambiente, para que pudéssemos ter, não apenas nestes 25 minutos, mas um tempo maior e trazendo outras pessoas que possam fazer este debate aqui na Casa, talvez uma Audiência Pública, como foi sugerido. Talvez, num momento oportuno, porque acho que ficamos numa situação que não é exatamente o que nós queremos. Não se trata de ter este ou aquele apoio, deste ou daquele Governo, de ter ou não ter as medidas, neste ou naquele momento. Eu acho que é buscar, viabilizar como a Assembleia Legislativa faz este caminho, como é que podemos ter um processo viável para instalar usinas aqui no estado do Paraná e acredito que isto será possível, a partir do momento em que fizermos um debate mais amplo aqui na Assembleia Legislativa, como também já falou o Presidente.

Então, só cumprimentá-lo por ter vindo e ao Deputado Jocelito Canto, pela iniciativa.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente cumprimentar o Deputado Jocelito, pela iniciativa e sua presença nesta Casa, que enaltece não só o espírito criativo do povo paranaense, mas do povo de Ponta Grossa, cidade que represento, que sou Deputado, fui Prefeito, é uma alegria para todos nós

ponta-grossenses. Contar com uma instituição como a CESCAGE, que num período relativamente breve, é uma instituição de referência internacional. Queria parabenizá-lo e acompanho a posição do Deputado Cheida. Sou Presidente da Comissão de Educação desta Casa, de Educação, Cultura, Tecnologia e Esportes, estarei presente, sem nenhuma dúvida, quando o senhor vier expor com profundidade esta questão relevante que o senhor traz para nosso país, no momento em que o etanol é uma das discussões principais da nossa economia, com relação ao futuro do Brasil.

Parabéns ao senhor e ao Deputado Jocelito, estamos às ordens para ajudá-lo, no que for preciso.

Muito obrigado.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Dr. Cunha, eu vou ser breve para não atrapalhar o horário, mas eu também preciso cumprimentá-lo e dizer do orgulho de ser representante da cidade de Ponta Grossa e poder ouvi-lo nesta tribuna. Dizer que o seu trabalho, sua integridade, sua vida marcada por grandes avanços e grandes vitórias e o povo de Ponta Grossa, do estado do Paraná, agora do Brasil e internacionalmente está sendo reconhecido.

Quero dizer que ouvir o senhor trazer um assunto de incomensurável importância para a Assembléia Legislativa nos deixa mais uma vez orgulhosos, e tenho certeza absoluta que esta Casa de Leis estará auxiliando no que for preciso para que o povo do Paraná também seja contemplado com esses avanços dessas tecnologias que o senhor está apresentando.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O senhor tem a palavra para que possa responder os questionamentos.

O SR. DR. JOSÉ SEBASTIÃO FAGUNDES CUNHA

Agradeço a todos e fico muito feliz que três Deputados de Ponta Grossa estão aqui e todos os meus amigos: o Jocelito que nos trouxe, o Marcelo e o Péricles, que foi nosso Prefeito. E tenho orgulho de dizer que a filha do Péricles estudou conosco, a filha do Jocelito estudou conosco, ele estudou comigo e mais do que tudo, nós amamos Ponta Grossa. Acho que a grande questão é essa e começa por aí: somos paranaenses, mas antes de tudo nós amamos Ponta Grossa. Ponta Grossa me deu meu filho, que é a luz e o caminho da minha vida, me deu minha esposa e me deu tudo o que tenho na minha vida. Em termos de qualificação pessoal, porque foi a Universidade Estadual de Ponta Grossa que pagou o meu mestrado, me possibilitou ir para o doutorado e tudo mais.

Então, amo Ponta Grossa com todas as minhas forças sobretudo!

Quero muito rapidamente dizer que sou um gestor, um modesto gestor, um jacu do mato metido a besta que saiu para constituir a vida. As respostas técnicas que V. Exas. desejam, tenho 200 mestres e doutores que trabalham para mim. Se V. Exas. quiserem falar de agronomia, vou trazer para os senhores doutores pela UNICAMP e pela Federal, que trabalham nesse projeto; vou trazer doutores em agronomia do Tocantins e do Paraná, como o Jaime Gomes, que é Diretor da minha Faculdade de agronomia, que é Pós-Doctor e é doutor pela UNICAMP, que é o nome que mais entende no país de colheita nessa área.

Quando V. Exa. fala em viabilidade econômica, sou um empresário e quando fui ao Tocantins que o Governo me apresentou o projeto, o Reitor da Universidade Federal de Tocantins nos disse: temos isto aqui, que é uma mina de ouro, mas não sabemos como transformar isso em um empreendimento. Eu trouxe o projeto, chamei um doutor em economia, um mestre em Administração, que é o Diretor da minha faculdade de administração - que morou 10 anos nos Estados Unidos e foi Presidente de uma trading - eu falei: faça a análise econômica do projeto. Nós produzimos o álcool da batata-doce a R\$ 0,42, eu trouxe ao BRDE e pedi para auditarem o projeto e foi a primeira providência que tomei, falando: quero saber se isso tem viabilidade econômica.

Tenho um pequeno patrimônio e desse pequeno patrimônio que tenho, existem 500 famílias que vivem dele, são 200 famílias de professores e funcionários, dos mais humildes aos muito bem remunerados. Eu falei: eu não posso pôr em risco as minhas faculdades, a empresa de genética e a empresa de alimentos que temos em Guaruva, em uma aventura por causa de um discurso. Quem auditou o nosso projeto financeiro é o senhor Celormetal (sic), que é a terceira maior fortuna individual do mundo e fui à Bélgica para fazer uma usina de 50 mil litros por dia e eles pediram para que a nossa primeira usina seja de 100 mil, eu como empresário tenho tranquilidade que funciona. Meu caro Deputado, o nosso álcool não temos o menor interesse em vender a PETROBRAS, nós não queremos fabricar álcool carburante. O Brasil importa o álcool farmacológico, não existe álcool para bebida destilada, o álcool da perfumaria da França custa uma fortuna e é um álcool que sai da comida do europeu, porque ele só produz esse álcool a partir da beterraba e o custo não concorre conosco.

Então, neste momento em que estamos nascendo e isso não volta para trás, não temos nenhum interesse em concorrer com a cana-de-açúcar. O álcool carburante e commodity, ele é vendido a R\$ 0,66 e no máximo a R\$ 0,75, o álcool da cana-de-açúcar para a PETROBRAS. O nosso álcool, para ser vendido o mais barato, são US\$ 0,66 para concorrer com o álcool do milho, e não é esse que queremos concorrer. Vamos entrar no mercado com uma qualidade de produção ímpar, com 99,9, e com um preço competitivo com o álcool cereal. Nós queremos disputar mercado, onde o discurso político o mercado não aceita mais. A Europa não quer o álcool da beterraba.

O Governador de Tocantins foi a Portugal apresentar o nosso projeto. Portugal tem uma usina enorme de beterraba, que está fechando, produz açúcar e álcool, porque não é competitivo. Coloco todos os técnicos à disposição para discutir nesta Casa. É tudo politicamente correto. Toda a discussão é feita a partir da agricultura familiar. É um projeto político, social. É a resposta que a agricultura familiar precisa.

O pessoal do Texas pediu para vender as patentes. Eu falei que não vendia. São 10 anos de vida dos pesquisadores; são 500 funcionários que trabalham para mim, diretamente, só em Ponta Grossa. São “n” funcionários da Universidade de Tocantins que trabalham nesse projeto. Pessoas altamente especializadas, e coloco todos à disposição para esclarecer qualquer dúvida técnica.

Sou um gestor, apaixonado pelo projeto, não tenho dormido. Estive em Portugal, Espanha e na Bélgica apresentando o projeto. Estive na Alemanha, na maior feira de alimentos, porque vamos exportar carneiro e cabrito. Estamos só esperando a União Européia chegar.

Há mais de 2 anos coloquei à disposição da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná todo o nosso parque tecnológico para o Paraná fomentar a caprinovincultura do Paraná com alta tecnologia.

O Governo de Toronto pagou para eu ir lá apresentar a nossa tecnologia de Ponta Grossa. Fui ao Uruguai. Minha esposa foi à China, numa missão oficial do Uruguai, porque estão interessados na nossa tecnologia.

O nosso técnico foi o homem que inventou a transferência de embrião transcervical na Alemanha. Foi o primeiro homem no mundo a fazer fertilização *in vitro* de caprino. O Paraná tem que descobrir isso, não é possível que continue desse jeito.

Vou exibir um vídeo

(Apresentação de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradecemos a presença do Dr. Cunha, numa iniciativa do Deputado Jocelito Canto. Acho que é importante para esta Casa ter conhecimento, importante para o nosso Paraná, importante para o Brasil, acho que é um orgulho para todos nós sabermos que o senhor, que tem a sua base de trabalho aqui no Paraná, possa estar sendo colocado como uma das pessoas que, quem sabe, possa ser destaque a nível mundial em alternativas importantes, e numa área tão importante como se discute hoje que é com relação à biotecnologia.

Esta Casa agradece a sua presença.

O SR. JOSÉ SEBASTIÃO FAGUNDES CUNHA

Muito obrigado. Agradeço a todos e me coloco à disposição com os meus técnicos para qualquer esclarecimento. E peço, de coração, sobretudo o apoio dos 3 Deputados de Ponta Grossa: o Péricles, o Jocelito, o Marcelo, que são meus amigos de muitos anos e colegas de luta por Ponta Grossa, às vezes juntos, às vezes brigando, mas isso faz parte do processo político e da nossa ansie-

dade que Ponta Grossa seja cada vez mais pujante como tem sido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Na sequência, como esta Casa é uma Casa aberta, é uma Casa democrática que dá espaço a todos os setores da sociedade, vamos conceder a palavra à Sra. Aniela Almeida, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, para um manifesto a respeito da agressão recebida pelo repórter cinematográfico da Rede Paranaense de Comunicação, Humberto Vandramel.

Eu solicito que vá à tribuna e que fique à vontade para as suas colocações.

Sra. Aniela Almeida

Presidente do Sindicato dos Jornalistas

A SRA. ANIELA ALMEIDA

Bem, primeiramente eu queria agradecer o espaço que foi cedido aqui para o sindicato se manifestar a respeito dessa agressão, explicar o porquê que pedimos esse espaço aqui. Nós queríamos protestar, manifestar e reivindicar uma atenção, principalmente dos Deputados em relação ao que está acontecendo no nosso estado também.

A agressão foi sofrida pelo repórter cinematográfico da RPC na última sexta-feira, dia 19. Ele estava cobrindo o fechamento de uma casa clandestina de bingo, no Parolin, aqui em Curitiba. E o autor da agressão foi um advogado, Eudes Martinho Rodrigues, que aparentemente representava alguém que estava na casa no momento da operação da Polícia Militar. A agressão resultou no nariz quebrado do repórter, um ferimento na testa, um hematoma embaixo do olho esquerdo.

A princípio, o meu relato aqui pode não parecer tão impactante, pode não expressar a violência à agressividade do ato. Então, pedimos a colaboração dos colegas que estavam lá presentes, que registraram o fato, e trouxemos imagens do Geder Vieira, do SBT, para apresentar para vocês o que aconteceu.

(Apresentação do vídeo)

A SRA. ANIELA ALMEIDA

Bom, diante dessas imagens, só temos a apelar para que as autoridades competentes tomem as medidas cabíveis neste caso. O Sindicato - SINDIJOR, já vai encaminhar, logo depois da Sessão, um ofício à OAB, pedindo um pronunciamento oficial. Pretendemos, também, entrar com uma representação na OAB contra o advogado. Ficamos sabendo, hoje, que a empresa também entrou com essa representação.

Queremos saber, ainda, por que a Polícia Militar não prendeu esse cidadão em flagrante. O Paraná figura com casos de agressão verbal e física no relatório de vio-

lência e liberdade de expressão, feito pela Federação Nacional dos Jornalistas, em 2006. Um desses casos que eu queria citar, porque também representa a impunidade, envolveu os jornalistas Cahuê Miranda e Valquir Aureliano, do jornal Tribuna do Paraná. Eles acompanhavam o momento em que os policiais militares estavam tentando segurar ou separar uma briga e bateram com o cassetete em torcedores do Atlético depois do jogo. Aí o jornalista foi e perguntou o nome para um dos policiais e ele entendeu isso como uma desobediência, um desacato à autoridade. Ele recebeu uma gravata, foi preso, foi algemado, foi levado para a Delegacia e foi obrigado a assinar um termo de desacato à autoridade. Ele se sentiu injustiçado, entrou com um recurso pedindo uma sindicância para apurar o caso e o caso foi arquivado.

Faço um apelo às autoridades, aos Deputados, porque essa impunidade, esse tipo de atitude da Polícia Militar, ou da falta de impunidade, é que estimula a arrogância e a reincidência contra jornalistas que estão trabalhando, exercendo a sua profissão. Viemos fazer essa manifestação, aqui, hoje, porque a violência que foi praticada contra o Humberto não foi somente física e não foi somente contra ele, toda uma classe de trabalhadores foi ferida moralmente e, principalmente, a sociedade.

Muito obrigada!

Interlocutores:

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de expressar à Presidente do Sindicato e a todos os profissionais da imprensa, em nome da nossa bancada composta por 4 Parlamentares: a Deputada Cida Borghetti, o Deputado Duílio Genari, o Deputado Ney Leprevost e eu, nossa solidariedade.

Acho que a Presidente foi infeliz quando enfocou que essa covarde agressão foi contra todos os profissionais e contra o povo de um modo geral, porque acho que a população abomina esse tipo de valentia. Então, foi uma covardia essa agressão e um desrespeito a um profissional, que estava apenas cumprindo o seu dever. A nossa solidariedade.

Eu também milito em rádio, televisão e jornal e tenho pela classe dos nossos colegas profundo respeito, e expresso aqui, em nome do Partido Progressista, total solidariedade por essa brutal e covarde agressão contra toda a imprensa do Paraná. Não foi apenas o profissional que foi agredido.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente.

Quero me solidarizar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Ontem nos manifestamos nesse sentido.

O Humberto está aqui. Para quem não o conhece, podem ver o rapaz que foi agredido. Ele não é nenhum lutador de boxe, nem jiu-jitsu e nem de caratê. É um profissional que estava no exercício da sua profissão. Como foi dito aqui, não foi só covardemente agredido, pior ainda, além de agredido, o advogado ainda chamou a Polícia, mentiu para ela, dizendo que era ele, o advogado, que estava sendo agredido. As imagens que vimos, as fotos, nos constroem, porque temos o maior respeito por todos os profissionais, não só da imprensa, mas pelos profissionais da área de Direito.

Acredito que a OAB irá ter uma atitude extremamente rigorosa. Se a OAB, que faz muitas vezes questionamentos que desagradam determinados setores, não tomar uma providência contra aqueles que ela, entre tantos, representa também, prioritariamente, os próprios advogados, ela estará sendo conivente com essa agressão - como foi dito, aqui, covarde - contra um profissional da imprensa e contra toda a sociedade paranaense.

Aniela, parabéns por ter vindo pelo Sindicato dos Jornalistas. Sei que o espaço é pequeno e foi concedido pelo próprio Presidente desta Casa, Deputado que hoje não está podendo presidir, porque está em uma reunião com os presidentes de Assembléias fora de Curitiba. Sem dúvida nenhuma, a Assembléia Legislativa será solidária a tudo aquilo que for necessário para que possamos coibir esse tipo de atitude covarde e que, mais do que qualquer palavra, o vídeo mostra em toda a sua extensão esse ato. Infelizmente, esses fatos ainda acontecem, mas devem ser punidos com todo o rigor da lei.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Quero também me solidarizar com a jornalista Aniela Almeida, Presidente. O fato ocorrido com a RPC acontece com diversas emissoras de rádio, com diversos jornais do interior, certamente sem essa expressão que tem a RPC. Lamentamos profundamente. Pedimos com a presença do sindicato, que essa sua atitude, hoje, protestando contra esse ato covarde, que os demais integrantes da imprensa do Paraná sintam na sua pessoa o apoio necessário quando necessitarem também se expor para fortalecer a classe da imprensa, visto que um repórter

nosso também foi agredido pelo Prefeito, lá da cidade, e uma repórter da CBN foi agredida por um funcionário da Prefeitura de Fazenda Rio Grande e não houve tanta repercussão.

Somando-se a essa atitude, agora, certamente teremos por parte do Tribunal de Justiça que esse processo seja, em caráter de emergência, analisado, para que se dê uma resposta não só às agressões que a imprensa vem recebendo fisicamente, mas verbal, e com processo.

O jornal do Estado de São Paulo, no seu editorial, há 5 dias atrás, indicava que 3 mil e 500 ações estão correndo para os principais órgãos da imprensa, de pessoas que ainda não sabem conviver com a verdadeira democracia, que é precisamente o que acontece. A imprensa tem que ter a mesma coragem do Vendramel, que mesmo agredido, sangrando o rosto, ele continuou com a sua função de repórter cinegrafista.

A todos os repórteres, o nosso reconhecimento, que vêm empreendendo, porque infelizmente a democracia ainda não chegou para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra ao Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Queremos, pela Liderança do Governo, também sermos solidários ao nosso amigo Humberto Vendramel, neto do saudoso Mário Vendramel, que era o desbravador da imprensa do Paraná, em meados de 1965 até 1978, 1982. E visualizar que a Secretaria da Segurança também deve ter essa informação completa, para que possamos também informar ao Sindicato dos Jornalistas os procedimentos que o próprio Governo tomará. Acho uma covardia o que aconteceu e todos os Deputados são solitários ao Sindicato e vamos tentar coibir, que nunca mais venha ocorrer uma covardia tamanha, mas parabenizar pela coragem do jornalista. Como a maioria dos jornalistas, mesmo nas maiores dificuldades, encaram de frente os problemas e conseguem repassar à imprensa, ao povo e ao Brasil o que acontece, muitas vezes em atos covardes, como ocorreu.

Por isso, somos solitários e podem nos mandar a matéria por completo que será encaminhada à Secretaria da Segurança e também à Secretaria da Justiça.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Aniela, gostaria de prestar a minha solidariedade. Precisamos, sim, nos manifestar, não só pela violência que ocorreu, mas simplesmente pelo tom de ironia, pela certeza, pelo sujeito que foi preso expressou na impunidade. Temos que dar uma resposta à sociedade e o Poder Legislativo precisa também reprimir ações como essas através de leis.

Como Presidente da Comissão de Comunicação da Assembléia Legislativa, estarei convocando para segunda-feira uma reunião extraordinária para que, com os demais Deputados, membros dessa Comissão, possamos emitir uma nota de repúdio pelo que aconteceu com o jornalista da RPC. E mais, apresentar também ações efetivas, medidas para coibir tais ações, para que isso nunca mais volte a se repetir no estado do Paraná.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, Aniela.

Imagine esse celerado fazendo isso na frente de todo mundo. Imagine aquilo que fazem contra o povo brasileiro, por aí afora, desde sempre. É a cultura que existe, da impunidade.

Eu presenciei essas coisas, durante a vigência do regime militar praticamente todos os dias. Não sei. Se vocês jornalistas fossem lá naquela Centronic, que acabou assassinando outro dia o filho do Vinícius Coelho, não sei se não estarão as impressões digitais desse bandido que agrediu o jornalista. Será que ele também não estava lá naqueles que costumeiramente assassinam os sem-terras? Acho que essas coisas são insuportáveis, o atrevimento desses que se julgam capazes de tudo!

Então, a Assembléia Legislativa como instituição, deveria, Sr. Presidente, escutar o Sindicato dos Jornalistas. Nós todos que estamos revoltados, enojados com esse tipo de acontecimento que se repete, de maneira indefinida, para poder conseguir alguma coisa de concreto. Essa violência histórica daqueles que sempre mandaram neste país de maneira diferenciada. Todo mundo sabe que bingos são ilegais, irregulares, e eles estão por aí.

Agora, eu quero aqui também render um preito, uma homenagem à coragem do Humberto Vendramel, que agredido, sangrando, continuou o trabalho dele, num gesto de valentia. Essa imagem que eu vi agora do sangue de um trabalhador, escorrendo na própria face, cumprindo com a sua obrigação, trabalhando de maneira digna, o comportamento dele vai servir para muita gente que se acovarda por diante do primeiro que levanta a voz ou vai em busca da violência para impedir que as coisas sejam feitas corretamente.

Quero aqui, como Líder da Bancada do PMDB, de maneira muito clara, que essas coisas são insuportáveis dentro do estado de direito! Nós batalhamos muito para que pudéssemos conquistar o regime democrático e aquilo que se fez com o Humberto Vendramel é uma agressão à liberdade de imprensa, é uma agressão ao regime democrático! Malditos aqueles que atentam contra os direitos constitucionais e contra a democracia!

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, quero só me solidarizar com a Presidente Aniela e com todos os jornalistas pelo que aconteceu com o Humberto Vendramel. O Humberto estava

trabalhando, estava fazendo aquilo que a sociedade quer, que é buscar informações, e nada justifica aquilo que aconteceu e realmente a pessoa que fez isso tem que ser punida!

Só quero me solidarizar e desejar que isso nunca mais aconteça para ninguém.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes que a presidenta possa fazer o encerramento, apenas seguindo a sugestão do Deputado Waldyr Pugliesi, vamos levar o assunto, na terça-feira na reunião da Mesa Executiva. Toda terça-feira temos uma reunião da Mesa Executiva e vamos levar este assunto, esta carta de repúdio, esta manifestação para que a Assembléia, como instituição, possa tomar uma atitude e dizer que quem agride não tem mais nada a dizer. Talvez, resumidamente seja isso: quem agride não tem mais nada a dizer, mas fica uma lição também, porque muitas vezes a classe política é depositária de todas as mazelas da sociedade, especialmente da impunidade, é para dizer que a impunidade não está nesse ou naquele setor, ela faz parte do caráter das pessoas.

Então, estaremos levando esta manifestação para a Mesa Executiva da Assembléia, onde tem assento a Deputada Luciana que é 2ª Secretária, onde temos toda a direção da Assembléia, e o Presidente Nelson Justus, tenho certeza, vai tratar dessa questão com o merecimento que ela tem.

Com a palavra a Presidenta Aniela.

A SRA. ANIELA ALMEIDA

Quero agradecer novamente pelo espaço concedido pela presidência desta Casa e dizer que era mais ou menos isso que nós esperávamos, um retorno dos Deputados em relação a ações que possam contribuir com o sindicato para combater esse tipo de coisa para que a impunidade não se transforme e nem ao cerceamento da liberdade de imprensa e à democracia.

Obrigada.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou apresentando à Mesa um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de sensores e painéis eletrônicos nas praças de pedágio no Paraná.

Eu já havia feito menção desse projeto, terminamos os estudos, estamos apresentando hoje e temos cer-

teza que esse projeto vai contribuir muito para a transparência e a fiscalização efetiva do que acontece nas rodovias pedagiadas no nosso estado. Tem um sentido maior diante do paradigma novo que surge com o leilão feito pelo Governo Federal, tarifa 6 vezes menor, 6 a 7 vezes menor do que as tarifas praticadas até agora no nosso estado.

Alguns dados nos surpreenderam muito na preparação para apresentação desse projeto, com relação ao total de veículo de nossas rodovias pedagiadas. Enquanto os números do DENATRAN sobre veículos emplacados no Paraná apontam um parque circulante cada vez maior no período de 1999 a 2005, temos os dados aqui: entre 1999/05 o total de veículos aumentou de 57,56%, caminhões 31%, automóveis 47% motocicletas 106%, ônibus 31%, a média 57,56%. Aumentou também o consumo de gasolina, de álcool, de diesel, mas surpreendentemente quando se analisa os dados do pedágio, dos vários lotes das concessionárias, num resumo, nós verificamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados os seguintes dados - dados comparativos entre aquilo que as concessionárias previam de tráfego durante o desempenho do contrato de concessão e o que foi efetivamente realizado.

Vou dar um exemplo: ECONORTE: Previsto um aumento de 25,56% de tráfego nas praças de pedágio. O que foi realizado efetivamente foi 1,30%. Diferença: menos 24%.

VIAPAR: Previsto um aumento de tráfego de 25% e ocorreu, segundo os dados da concessionária, um aumento de apenas 4,29%.

RODOVIA DAS CATARATAS: Previsto um aumento de 27,76%. Ocorreu 11,96%.

CAMINHOS DO PARANÁ: Previsto aumento de 45,80%. Foi realizado aumento de 26%, negativo 19%.

RODONORTE: Essa eu conheço melhor, Deputado Jocelito. Deputado Plauto, Deputado Marcelo, fazemos esse trajeto toda semana, Deputado Jocelito, todos os dias. RODONORTE, inclusive o trecho Ponta Grossa - Curitiba, era previsto aumento de 27,15% e ocorreu 3,57%, isso de 1999 a 2005, em 6 anos.

ECOVIA: O tráfego realizado foi negativo, menos 11%, diminuiu, na ECOVIA, entre 1999 e 2005, ao invés de aumentar o número de veículos que passaram pela praça de pedágio, diminuiu em 11,45%. Era previsto aumento positivo de 22,46%, portanto enquanto se previa, na média, para todas as concessionárias das rodovias pedagiadas um aumento de 28,46% o que ocorreu, segundo dados das concessionárias, foi apenas de 4,54%, ou seja, uma diferença de menos 23,92%.

Agora se nós analisarmos o contrato, o contrato de concessão, como foi feito no Paraná, de concessão, o aumento ou diminuição é por conta e risco das concessionárias, então aparentemente, Deputado Waldyr, o senhor que foi Secretário de Transportes, isso não tem valor nenhum, tanto faz ter aumentado ou diminuído, isso é um risco da concessionária. Mas não, nós achamos que o contrato de concessão tem que ser acompanhado perma-

nentemente pelo Poder Público, para que se possa fazer uma avaliação concreta sobre as taxas de lucro, se a tarifa é uma tarifa correta ou não.

Acho que esse projeto vem fortalecer a fiscalização do Poder Público sobre as concessionárias, vem da transparência da receita das concessionárias, que nada mais é que o resultado do produto da tarifa praticada pelo número de veículos, pelo número de eixos padronizados. Isso vai dar clareza para que nós possamos, com consistência, saber exatamente a receita, depois de uma análise de investimentos de custos, nós possamos ter certeza sobre a lucratividade e sobre a possibilidade de praticarmos tarifas menores diante de outro paradigma colocado por um leilão promovido pelo Governo Lula.

Espero contar com o apoio de todos os Deputados e aprovação por unanimidade desse projeto.

Com o aparte Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. paga pedágio quando vai a Ponta Grossa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Pago. Só se passar a pé, daí não paga.

Hoje a CEI do Pedágio, eu tenho questionado até esta data porque, quinta-feira, nós sabemos que os Srs. Deputados estão em suas bases, vão aparecer poucos Deputados. Eu inclusive já tinha compromisso em Ponta Grossa, a universidade abre uma feira importantíssima, hoje à tarde, minha assessoria vai estar presente. A comissão deve permanecer mais um período para nós aprofundarmos as investigações sobre as tarifas de pedágios em nosso estado.

Concedo o aparte do Deputado Reinhold Stephanes.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Quero parabenizá-lo, porque eu não acredito, como você, nesses dados fornecidos com relação ao aumento de 3%, 1% de 11%, apenas no tráfego, nas linhas que as concessionárias possuem. A frota de veículos nos últimos anos dobrou. Esses dados não são corretos. Mas, essa sua atitude de propor uma espécie de painel eletrônico onde computaria diariamente o volume de tráfego é muito importante.

As obras que foram deixadas de fazer pelas concessionárias foi muito ruim. Acho que tudo tem que ser modificado. Agora é o momento. Realmente, essa licitação que o Governo Federal fez, eu considere muito boa. Até o modelo apresentado que modificou algumas regras. Não se paga a mais algo pelo valor que tinha sido feito, deixa-se de fazer algumas coisas, mas de qualquer maneira baratearam os custos.

Além de parabenizá-lo pelo seu projeto, também é bom vê-lo defendendo o pedágio.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Com fiscalização e investigação nós vamos chegar em um bom caminho. Falando em pedágio, acho que hoje

está dado esse conceito, é uma questão complexa discutir o conceito do pedágio.

Mas, a população brasileira, já que o país já está tomando esse caminho, o Brasil precisa de 50% do seu produto interno bruto para resolver os problemas das rodovias. Não tem esse dinheiro. A população aceita o pedágio desde que seja uma tarifa justa, correta, que dê ao empreendedor um lucro normal, num país capitalista. Isso o povo aceita, agora, não uma tarifa 7 vezes maior, em média, do que a tarifa que será praticada pelas novas concessões. Acho que é isso que nós sempre denunciemos.

Lembro-me quando fui Deputado aqui, há 8 anos atrás, discutia a questão do controle social sobre o pedágio. Inclusive, propus um conselho de usuários que fiscalizasse com rigor, tivesse um controle total sobre as tarifas praticadas, a lucratividade das empresas e o acompanhamento. Acho que isso o povo brasileiro aceita, mas não a tarifa absurda que vem sendo cobrada - repito - 7 vezes maior da que será praticada através de novo leilão.

Espero contar mais uma vez com a participação de todos os Deputados, que possamos aprovar com a maior rapidez possível, em regime de urgência. Entramos em contato inclusive com o Tribunal de Contas da União e com o IPEA que tem alguns dados técnicos sobre o pedágio praticado no Brasil. Esperamos contar com a presença, nesta Casa, através das comissões, do Procurador Geral do Tribunal de Contas da União para investigar com profundidade e chegar a uma solução condizente com o pedágio praticado no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pela ordem, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para registrar na ata da Sessão de hoje a nossa crítica contundente aos proprietários de usinas de pasteurização de leite, que de maneira irresponsável, cretina, safada, criminoso, andam misturando água oxigenada e soda cáustica no leite que o povo bebe, que a criança bebe, que o adolescente bebe, que o adulto bebe. Estava vendo o que pode provocar esse crime praticado por pessoas poderosas, milionárias, que atuam no mercado do leite: pode haver queimação no estômago, dor de estômago, e inclusive, provocar óbito. Pode matar esse leite que esses bandidos colocam na prateleira do supermercado. Eles colocam a água oxigenada e a soda cáustica para o leite durar mais, para que tenha maior tempo de validade e com isso eles engordam mais o seu bolso.

A própria Polícia Federal está agindo em alguns estados e, agora até mesmo aqui no Paraná, recolhendo amostras do leite que está sendo vendido para a população. Muitas amostras foram apreendidas também em Londrina.

Sr. Presidente, lamento que a lei não permita, mas deveria pegar um vagabundo, dono de uma fábrica de leite pasteurizado, que bota água oxigenada e soda cáustica no leite que nós vamos beber, deveria pegar um vaga-

bundo desse e colocar numa praça pública, fazer ele tomar um caldeirão de leite com soda cáustica. Porque o leite que vai para a casa desse pessoal, com certeza, não tem soda cáustica. Por isso que, às vezes, a gente acaba de beber o leite e tem uma tremenda de uma diarreia, uma tremenda de uma indisposição, passa mal, porque eles estão vendo apenas o bolso e não a saúde do povo.

O nosso protesto, a nossa crítica por esses maus comerciantes, pelo crime que estão praticando de misturar água oxigenada e soda cáustica no leite que o povo brasileiro está consumindo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PSDB. Liderança da Oposição. PMDB, Deputado Strapasson.

O Sr. Douglas Fabrício, pela ordem.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Hoje à noite estaremos fazendo uma Audiência Pública para tratar do tema Segurança Pública.

Quero convidá-los mais uma vez, todos os Deputados, principalmente aqueles que integram a Comissão de Segurança aqui na Assembléia Legislativa, para estarem presentes. Vai ser em Campo Mourão, às 19h00, no auditório da Associação Comercial.

Liderança do PMDB: Deputado Edson Strapasson

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

A Folha de São Paulo estampa hoje uma manchete polêmica e frase do Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral: “Cabral apóia aborto e diz que mãe de favela é fábrica de marginal.”

É evidente que uma frase dita por um Governador do Rio de Janeiro, no momento que nós acompanhamos os debates, inclusive as manifestações, muitas vezes, como falei nessa semana, resultado daqueles que interpretam, a sua maneira, sobre a ótica da cultura da classe média ou alta brasileira ao longo dos tempos, onde os mais pobres, como eu disse, são interpelados pela Polícia, são assassinados sem julgamento, muitas vezes eles que através da falta do apoio que tiveram, envolvidos ou não em alguma criminalidade, são de maneira imediata assassinados como um julgamento precoce, quando a própria Gazeta do Povo trouxe, ontem, uma matéria interessante, onde o usuário de drogas é branco, jovem e rico.

Quando nos vemos que nossa região metropolitana de Curitiba apresenta 76 homicídios, assassinatos, a cada grupo de 100 mil e vemos que estas ocorrências, estes crimes ocorrem exatamente contra os mais pobres, contra os negros, contra pessoas que talvez não tiveram o apoio social necessário, não tiveram talvez o acolhimento da família, da sociedade, não tiveram através dos programas de Governo o atendimento que deveriam ter, que lhes dessem um mínimo de perspectiva, de oportunidade de

vida, nós ficamos indignados porque não se trata apenas da manifestação do Governador do Rio de Janeiro, que é do PMDB, mas isto não representa, com certeza, o pensamento do partido. Falou de si e falou exatamente dizendo que o aborto seria uma saída interessante para reduzir a criminalidade. Diz ele que a experiência dos Estados Unidos na década de 70 demonstrou que quando foi liberado o aborto, houve uma redução de criminalidade. Primeiro que não se pode comparar o perfil, a realidade dos Estados Unidos daquela época com a realidade do nosso povo brasileiro.

Segundo, falou também que temos dois “brasis”. Isto é claro já há bastante tempo, temos a realidade de um lado, na classe média alta, de países nórdicos, como diz ele, e aí lembro da frase anterior, dita, que nós temos no Brasil a “euríndia”, uma parte é comparada à Bélgica e a outra comparada à Índia. Isto demonstra claramente a desigualdade social na qual vivemos, que deve ser combatida, sim, mas não apregoando como seria mais fácil, talvez assassinar a criança quando ainda no ventre da sua mãe, porque seria mais fácil assim do que enfrentá-lo, após todo o processo de exclusão social, enfrentá-lo nos morros do Rio, ou em qualquer local do Brasil, após ele ter se pervertido, tomado um caminho que realmente torna-o um delinquente.

Eu não quero aqui fazer crítica direta, porque entendo que o Governador do Rio de Janeiro falou isto e ele mesmo diz que não é favorável ao aborto, mas é a favor de que se tenha, digamos, uma discussão, um debate do tema. Mas quando nós dizemos, mais uma vez, que o aborto é necessário nas classes mais pobres - inclusive disse ele que a fertilidade das mães do morro são equivalentes à fertilidade das mães africanas, não é verdade.

O IBGE nos diz que o número de filhos das famílias do morro, mais pobres, seja de qualquer região que não seja o morro, mas a baixada fluminense, em qualquer região mais pobre do Brasil, lá diz a estatística do IBGE que o número de filhos é de 2,6 por família, por mãe, enquanto que na classe média é 1,7.

Portanto, não podemos admitir que isto seja uma justificativa para defender o aborto. Então, é evidente e não quero fazer crítica à manifestação às palavras do Governador do Rio, mas fazer deste momento um debate profundo, não da liberação do aborto, mas para dizer de que maneira, de que ângulo, muitos na sociedade estão vendo o combate à criminalidade. Seja com a violência da Polícia, seja com a violência muitas vezes manifesta na sociedade, através do crime organizado, seja com a violência que nós podemos estar justificando na questão do aborto, para justificar a omissão do Governo, para justificar a omissão da sociedade, para justificar aquilo que não se fez, para combater as desigualdades sociais.

É evidente que não podemos aceitar isto, mas é evidente que temos que trazer a esta Casa, à sociedade, este tema, como um debate, para buscar cobrar dos governos e quando falo Governo, não digo Governo do Estado do Paraná, dos governos, sejam municipal, estadual ou fede-

ral. É da sociedade, de nós todos, uma cobrança mais profunda, para estabelecer de uma vez por todas programas sociais que tenham eficiência, que resgatem o jovem para que não formemos exércitos de jovens sem perspectiva e que muitas vezes encontram no caminho, assediados pelo caminho errado, o caminho das drogas.

Evidente que a droga deve ser combatida, mas deve ser combatida, sim, de forma clara para aqueles que consomem. Deve ser combatida para os grandes traficantes e não apenas para aqueles que são os “aviõezinhos”, como se diz. Aqueles pequenos acabam pagando com suas vidas, muitas vezes.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB) (Aparte)

Concordo em gênero, número e grau com o senhor e acho também que o Governador Sérgio Cabral disse uma frase infeliz, ao dizer que o aborto combate a criminalidade. Segundo, que as pessoas pobres que moram na favela, seus filhos automaticamente são marginais. São coisas separadas, a questão do aborto e da criminalidade. E mais do que isto: se você quer diminuir a criminalidade, você acha que a pobreza gera isto, então que se combata a pobreza. Melhorar a vida das pessoas, levar infra-estrutura necessária para que a pessoa viva bem, gerar empregos. Fazer programas sociais de planejamento familiar, até de controle de natalidade. E, por princípios, eu também sou contra o aborto.

Muito obrigado.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Muito obrigado.

Na verdade este tema que estou colocando, trago a esta Casa não exatamente como uma crítica ao Governador do Rio, nesta frase infeliz, equivocada, mas exatamente o quanto precisamos debater em profundidade, realmente, o que os governos estão fazendo, de verdade, para reduzir a criminalidade.

Esta é a mensagem, este é o tema que devemos debater, creio que profundamente, para que possamos no futuro não ser lembrados pela omissão das políticas sociais de resgate dos jovens, principalmente, e que é muito importante, especialmente nas grandes cidades, nas metrópoles, onde a violência a cada dia espanta a todos, fazendo muitos pensar que é bom a Polícia sair por aí, agredindo e matando, muitas vezes, como única forma de demonstrar segurança.

Era isto, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passa-se de imediato à Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Nós encaminhamos às mãos de V. Exa. um pedido de votação nominal, ao Projeto nº 590/07 ...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nós vamos colocar o seu requerimento no momento da votação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Só queria dizer que se tem Sessão quinta-feira, é dever de todo Parlamentar, salvo ausência amplamente justificada. Caso contrário, o Parlamentar pede o voto do povo e é eleito. Acho que é apenas obrigação de nós, Parlamentares, no mínimo, comparecermos às Sessões aqui na Assembléia Legislativa. É um absurdo tão poucos Parlamentares numa Sessão de quinta-feira.

Eu acho que se um Parlamentar está cansado, nem deveria pedir voto do povo para se eleger Deputado. E, com certeza, quando chegar o momento do voto, que o Parlamentar depois não reclame e venha querer taxar o povo de injusto ou de ingrato porque perdeu a eleição. Muitas vezes a derrota é culpa daquele que não cumpriu como deveria o seu mandato de Deputado.

Então, daí o nosso pedido de votação nominal, até para que fique registrado nos Anais quais são os parlamentares que comparecem e os que faltam às Sessões, Sr. Presidente.

Leitura do Expediente

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Indicação nº 335/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, o aumento do efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Militar do município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Na inspiração do nosso companheiro e amigo Antonio Belinati, queria comunicar que hoje é o aniversário de 64 anos do célebre companheiro. Em nome da Liderança do Governo quero parabenizá-lo pela experiência, pelo companheirismo e pela elegância que V. Exa. tem tido nesta Casa.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Da mesma forma, seguindo o nosso grande líder Kielse, a Bancada do PP, em nome do nosso líder, Depu-

